



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIÁRIAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de construção civil, destinados à formação de três kits completos de trabalho para atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras Viárias, utilizados na execução de atividades de pavimentação, manutenção, conservação, drenagem, pequenas obras e reparos em vias públicas no Município de Campo Largo/PR, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.2.** Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, contemplando todas as especificações técnicas, acessórios mínimos de fábrica, manuais e certificações exigidas para seu correto funcionamento e segurança.

Item	Cod	Descrição	Quant	Valor uni	Valor total
1	118714	Betoneira 120 L Betoneira destinada à mistura de concreto e argamassa, com capacidade nominal de 120 litros , tambor metálico, estrutura em aço, acionamento elétrico e sistema de rotação que assegure mistura homogênea, indicada para pequenas obras e serviços de manutenção.	3	R\$2.583,29	R\$7.749,87
2	118715	Betoneira 400 L Betoneira para preparo de concreto e argamassa, com capacidade nominal de 400 litros , tambor metálico de alta resistência, estrutura reforçada em aço, acionamento elétrico e sistema de mistura eficiente, indicada para obras de médio porte e serviços de infraestrutura.	3	R\$5.204,90	R\$15.614,70
3	118716	Serra mármore Serra elétrica portátil para corte de materiais como concreto, cerâmica, porcelanato e pedras naturais, com potência compatível para uso profissional, disco de corte padrão comercial e sistema de proteção do operador.	6	R\$538,90	R\$3.233,40
4	118718	Furadeira de alto impacto Furadeira elétrica de uso profissional, com função impacto, destinada à perfuração de concreto, alvenaria, madeira e metal, dotada de controle de velocidade, reversão de rotação e empunhadura auxiliar.	6	R\$599,00	R\$3.594,00
5	118719	Martelete demolidor 15 kg Martelete elétrico demolidor, com peso aproximado de 15 kg , destinado a serviços de demolição em concreto, alvenaria e pavimentos, com elevada energia de impacto e encaixe compatível com acessórios padrão.	2	R\$2.558,40	R\$5.116,80
6	118717	Compactador de solo tipo sapo Equipamento destinado à compactação de solos em áreas confinadas, valas e fundações, com sistema de impacto vertical, estrutura robusta e base de compactação resistente ao desgaste.	2	R\$9.998,00	R\$19.996,00
TOTAL:					R\$55.304,77





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

1.3. A entrega deverá ocorrer de forma única, no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras Viárias, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens e serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, podendo ser avaliados objetivamente por especificações usuais de mercado.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Art. 38 do Decreto Municipal nº 316/2023, por se tratar de equipamentos essenciais à prestação dos serviços públicos de manutenção urbana.

1.6. Não há catálogo eletrônico de padronização aplicável a este objeto no âmbito da Administração Municipal.

1.7. A presente contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, em conformidade com o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.7.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela possibilidade de aquisição parcelada, conforme disponibilidade orçamentária e necessidade operacional da Secretaria Municipal de Obras Viárias, não havendo obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados.

1.8. O contrato ou ordem de fornecimento emitidos com base na Ata detalharão as regras relativas à entrega, fiscalização, garantias e responsabilidades das partes.

1.9. Reserva Integral de Cotas para ME/EPP

Em razão de o valor estimado de cada item ser inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação será realizada de forma exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.10. A análise técnica realizada no Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a restrição da disputa às ME/EPP não compromete a execução contratual, haja vista que: (i) os bens são classificados como comuns; (ii) há ampla oferta desses equipamentos por micro e pequenas empresas; e (iii) não há risco de perda de padronização ou de fornecimento.

1.11. Assim, a Administração opta pela aplicação da cota exclusiva a todos os itens, garantindo-se a competitividade, a economicidade e o atendimento ao regime de tratamento favorecido previsto na LC 123/2006.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa dos quantitativos, encontra-se detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que acompanham este Termo de Referência como apêndice. Os ETP demonstram a necessidade de formação de três kits completos de equipamentos destinados às equipes operacionais da Secretaria Municipal de Obras Viárias, evidenciando o déficit atual de





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

ferramentas e a importância da padronização para aumento de eficiência e segurança das atividades.

2.2. Do alinhamento ao Planejamento Anual de Contratações

O objeto da contratação não estava previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), uma vez que a necessidade somente surgiu no presente exercício, motivada pela identificação de insuficiência de equipamentos nas equipes operacionais e pela disponibilidade de recursos orçamentários destinados especificamente para esta finalidade. Assim, justifica-se sua inclusão de forma excepcional, nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Ressalta-se que a contratação atende ao interesse público imediato, uma vez que os equipamentos são indispensáveis para a execução das frentes de trabalho de manutenção urbana, não sendo possível aguardar o ciclo de planejamento subsequente para atender à demanda.

2.4. Ressalta-se que, embora exista processo licitatório em andamento para locação de equipamentos e máquinas no âmbito municipal, referido procedimento ainda não se encontra concluído, inexistindo contrato vigente capaz de atender de forma imediata às necessidades das equipes operacionais. Ademais, ainda que futuramente concluída a licitação de locação, tal modalidade não se mostra adequada para suprir as demandas específicas dos equipamentos objeto deste Termo de Referência, os quais são utilizados de forma diária e contínua pela Secretaria Municipal de Obras Viárias. A dependência de locação para ferramentas de uso cotidiano implicaria maior custo operacional a médio prazo, além de não assegurar disponibilidade permanente e imediata às frentes de trabalho. Assim, a aquisição de equipamentos próprios apresenta-se como a solução mais vantajosa, garantindo autonomia operacional, padronização dos kits de trabalho e maior eficiência na execução dos serviços públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução adotada consiste na aquisição de equipamentos de construção civil destinados à formação de três kits completos de trabalho para as equipes operacionais da Secretaria Municipal de Obras Viárias. Os equipamentos a serem adquiridos (betoneiras, serras mármore, furadeiras de impacto, martelos e compactadores de solo) serão utilizados diariamente pelos servidores na execução de atividades de manutenção, conservação, reparos, pequenas obras, assentamento de estruturas e serviços gerais em vias públicas urbanas e rurais.

3.2. A aquisição de equipamentos próprios representa a solução mais eficiente ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, pois assegura disponibilidade imediata às equipes, reduz paradas operacionais, elimina a dependência de processos de locação e proporciona maior economia ao Município, uma vez que os itens possuem longa vida útil quando submetidos a manutenção preventiva regular.

3.3. Benefícios operacionais da solução adotada

3.3.1. Melhoria da eficiência operacional:

A incorporação dos equipamentos ao acervo permanente da Secretaria garante autonomia às três equipes de trabalho, reduzindo atrasos decorrentes da indisponibilidade ou do compartilhamento de ferramentas.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

3.3.2. Redução de custos recorrentes:

A aquisição elimina a necessidade de locações emergenciais ou contínuas, proporcionando economia ao longo do tempo e maior previsibilidade orçamentária.

3.3.3. Aumento da segurança e da qualidade das intervenções:

A utilização de ferramentas novas e padronizadas reduz riscos de acidentes, falhas operacionais e retrabalhos, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços executados.

3.3.4. Continuidade dos serviços públicos:

Considerando que os equipamentos integram atividades rotineiras de manutenção urbana, sua disponibilidade permanente assegura atendimento mais rápido e eficiente à população.

3.4. Objetivos da Solução

- Garantir autonomia operacional das equipes de campo.
- Aumentar a produtividade dos serviços de manutenção urbana.
- Padronizar os kits de ferramentas das equipes.
- Reduzir custos a médio e longo prazo, eliminando a dependência de locações.
- Garantir segurança, eficiência e agilidade na prestação dos serviços públicos.

3.5. Justificativas técnica e econômica da solução adotada

3.5.1. Justificativa Técnica:

Os equipamentos apresentam características de uso constante, diário e simultâneo entre as três equipes da Secretaria Municipal de Obras Viárias. A dependência de processos de locação para itens de uso cotidiano mostra-se tecnicamente inviável, pois compromete a disponibilidade imediata e gera atrasos operacionais. A aquisição possibilita padronização, maior durabilidade, redução de falhas e continuidade dos serviços públicos.

3.5.2. Justificativa Econômica:

Apesar de a locação pontual ser possível, para equipamentos de uso diário e prolongado ela se torna mais onerosa do que a aquisição, especialmente considerando a vida útil elevada dos itens licitados. A aquisição reduz custos com locação, deslocamentos para retirada e devolução, substituições e manutenções emergenciais. Assim, a solução apresenta o melhor custo-benefício no ciclo de vida do objeto.

3.5.3. Impacto da solução no ciclo de vida:

A aquisição evita gastos recorrentes, reduz a necessidade de substituições frequentes, permite manutenção preventiva e prolonga o tempo de uso dos equipamentos, alinhando-se aos princípios de eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.6. Conclusão





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

A solução proposta — aquisição de equipamentos de construção civil para compor três kits completos de trabalho — atende plenamente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras Viárias, garantindo autonomia, eficiência, segurança e economia ao Município. A escolha pela aquisição, em vez de aguardar processo de locação ainda em andamento, assegura disponibilidade imediata e permanente para a execução dos serviços públicos essenciais, promovendo melhoria direta na qualidade do atendimento à população.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir eficiência, transparência, qualidade e sustentabilidade na aquisição dos equipamentos destinados às equipes da Secretaria Municipal de Obras Viárias, estabelecem-se os seguintes requisitos:

Práticas de sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade previstos na descrição do objeto, a contratada deverá observar os princípios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, adotando, quando aplicável, práticas que reduzam impactos ambientais e promovam responsabilidade socioambiental.

Licenciamento, responsabilidade social e requisitos socioambientais

4.2. A contratada deverá comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante toda a sua vigência, sob pena de rescisão, o atendimento das seguintes condições, mediante declaração simples:

4.2.1. Não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, conforme Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2/2011;

4.2.2. Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por violação às normas de combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo ou à discriminação de raça ou gênero, nos termos da legislação vigente e das Convenções da OIT nº 29 e 105;

4.2.3. Observar as normas ambientais aplicáveis ao fornecimento dos equipamentos, especialmente quanto ao descarte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos, embalagens, pilhas, baterias e componentes substituídos, quando houver.

Exigência de Carta de Solidariedade

4.3. Devido à natureza do objeto — aquisição de equipamentos —, não se aplica a exigência de carta de solidariedade prevista no art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

4.4. É vedada a subcontratação do objeto desta contratação, por se tratar de fornecimento direto de bens.

Garantia da Contratação





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

4.5. Não será exigida garantia contratual dos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, conforme avaliação técnica constante no Estudo Técnico Preliminar, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns e de baixo risco operacional.

4.6. O contrato detalhará as regras aplicáveis ao prazo de garantia dos equipamentos fornecidos, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme especificado nos itens técnicos.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de vistoria prévia do local de entrega, sendo suficiente a conferência e inspeção dos equipamentos no ato do recebimento pelos fiscais designados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições gerais de execução

5.1.1. A execução do objeto deste Termo de Referência consiste no fornecimento e entrega dos equipamentos adquiridos, conforme quantidades e especificações técnicas apresentadas.

5.1.2. A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, que terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

5.1.3. As aquisições ocorrerão de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de fornecimento, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Obras Viárias, não havendo obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.4. A contratada deverá entregar os equipamentos no prazo máximo estabelecido na ordem de fornecimento ou contrato, devidamente embalados, identificados e acompanhados dos respectivos manuais e certificados.

5.2. Condições de entrega

5.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras Viárias, em horário comercial.

5.2.2. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso, sem uso prévio, recondicionamento ou demonstração.

5.2.3. A contratada deverá garantir que todos os itens sejam entregues em perfeitas condições de funcionamento, livres de danos estéticos ou estruturais.

5.2.4. A contratada deverá substituir imediatamente qualquer equipamento que apresentar irregularidades, defeitos, danos ou desacordo com as especificações.

5.3. Qualidade dos equipamentos

5.3.1. Todos os equipamentos fornecidos devem atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

5.3.2. Os itens devem possuir certificações, quando aplicável, bem como atender às normas de segurança pertinentes (ex.: NR-12, normas ABNT aplicáveis).

5.3.3. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

5.3.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar correções, reparos ou substituições sem ônus adicional para a Administração.

5.4. Recebimento dos equipamentos

5.4.1. O recebimento será realizado em duas etapas:

a) Recebimento provisório:

Realizado no ato da entrega, mediante verificação física, aferição de conformidade e testes funcionais realizados pelos fiscais designados.

b) Recebimento definitivo:

Após o período de verificação e testes, somente após confirmação de que os equipamentos atendem integralmente às especificações e se encontram em perfeito funcionamento.

5.5. Recusa e substituição

5.5.1. Serão rejeitados os equipamentos que:

- não atendam às especificações técnicas;
- apresentem defeitos, danos, falhas ou vícios;
- não sejam novos;
- apresentem divergências de modelo, capacidade, potência ou características.

5.5.2. A contratada deverá realizar a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.5.3. Caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

5.6. Responsabilidade da contratada:

5.6.1. A contratada será integralmente responsável por:

- transporte, carga e descarga dos equipamentos;
- integridade e segurança dos itens até o recebimento;
- substituição de itens defeituosos;
- cumprimento dos prazos;
- garantia técnica;
- obrigações comerciais, fiscais e trabalhistas.

5.6.2. A entrega, provisória ou definitiva, não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios e defeitos que possam surgir durante o período de garantia.

5.7. Vistoria

5.7.1. Não será necessária vistoria prévia, sendo suficiente a conferência no ato da entrega.

6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo. A garantia deverá abranger





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

componentes, peças, materiais e mão de obra necessária para execução dos reparos.

- 6.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela manutenção corretiva dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal de Campo Largo, devendo reparar ou substituir, imediatamente, quaisquer itens que apresentem falhas, vícios ou mau funcionamento.
- 6.3. A contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada ou própria no território nacional, preferencialmente no Estado do Paraná, devendo informar à fiscalização: endereço, contatos e responsável técnico pela manutenção.
- 6.4. Quando o reparo não puder ser executado no local, a contratada será responsável pelo transporte, retirada, reinstalação e todos os custos logísticos relacionados, sem qualquer ônus para a Administração.
- 6.5. Nos casos em que o equipamento apresente defeito que impeça sua utilização e o reparo não puder ser concluído de forma imediata, a contratada deverá providenciar a substituição do item por outro em perfeitas condições de uso no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.6. Os prazos de atendimento para assistência técnica não poderão exceder 10 (dez) dias úteis após a comunicação formal da Administração, salvo comprovada necessidade técnica, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. A contratada deverá garantir que todas as manutenções preservem a integridade, segurança e características originais dos equipamentos, sendo vedada a utilização de peças reconcondicionadas ou incompatíveis.
- 6.8. A garantia e assistência técnica não eximem a contratada das responsabilidades resultantes de vícios ocultos, conforme previsto no Código Civil e legislação aplicável.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Para a adequada formulação das propostas, os fornecedores deverão considerar que o objeto desta contratação consiste exclusivamente no **fornecimento dos equipamentos** especificados neste Termo de Referência, observando-se as quantidades, características técnicas mínimas, condições de garantia, assistência técnica, prazos de entrega e demais requisitos estabelecidos. As propostas deverão abranger integralmente todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, incluindo transporte, embalagem, seguro da carga, carga e descarga, tributos incidentes, garantia mínima de doze meses e substituição de itens defeituosos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional posterior ao valor ofertado.

7.2. Os fornecedores deverão atentar-se aos quantitativos previstos, destinados à formação de três kits





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

completos de trabalho para as equipes operacionais da Secretaria Municipal de Obras Viárias, totalizando três betoneiras de 120 litros, três betoneiras de 400 litros, seis serras mármore, seis furadeiras de impacto, dois martelos demolidores e dois compactadores de solo tipo sapo. O fornecimento ocorrerá sob demanda, mediante emissão de ordens de fornecimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.3. Ao elaborar suas propostas, os fornecedores deverão considerar o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência, sendo obrigatória a entrega dos equipamentos no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras Viárias, devidamente embalados, identificados, acompanhados dos respectivos manuais e certificados, e em perfeitas condições de funcionamento.

7.4. Os fornecedores deverão assegurar que os equipamentos ofertados atendam integralmente às especificações técnicas, às condições de garantia e assistência técnica, bem como às normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis, especialmente a NR-12 e as normas da ABNT pertinentes, além das diretrizes de sustentabilidade previstas no instrumento convocatório, quando aplicável.

7.5. Essas informações são essenciais para que os fornecedores dimensionem corretamente suas propostas, assegurando que todos os requisitos estabelecidos pelo Estudo Técnico Preliminar, pelo Termo de Referência e pela legislação vigente sejam plenamente atendidos, de forma a garantir qualidade, eficiência e economicidade à Administração Pública.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do contrato deverá observar fielmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora, competindo a cada parte o cumprimento das obrigações assumidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A contratada responderá integralmente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação, suspensão ou necessidade de ajustes relacionados ao fornecimento, tais ocorrências serão registradas no processo administrativo e analisadas pelo gestor do contrato, podendo implicar readaptações nos prazos e procedimentos, desde que devidamente justificadas e formalmente autorizadas.

8.3. Todas as comunicações formais entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico institucional, especialmente quando se tratar de solicitações, notificações, esclarecimentos, ajustes, exigências de substituição ou outras providências relacionadas ao fornecimento dos equipamentos.

8.4. O órgão contratante poderá convocar o preposto da empresa, sempre que necessário, para tratar de questões relativas ao fornecimento, ajustes de prazo, substituição de equipamentos, garantia de assistência técnica ou outras providências relacionadas à execução do contrato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre o gestor do contrato e a contratada, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização e esclarecer as obrigações contratuais, os fluxos de comunicação, os prazos de entrega, as regras de garantia e assistência técnica, além dos procedimentos para recebimento provisório e definitivo dos equipamentos.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

9. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

- 9.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais designados pela Secretaria Municipal de Obras Viárias, que verificarão o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto ao prazo de entrega, conformidade técnica, garantia e integridade dos equipamentos fornecidos.
- 9.2.** A fiscalização será documental e material, e os fiscais deverão registrar no processo todas as ocorrências relevantes, tais como atrasos, inconformidades técnicas, necessidade de substituição de equipamentos, falhas de garantia ou quaisquer outras intercorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais.
- 9.3.** Constatada qualquer irregularidade ou descumprimento das obrigações contratuais, os fiscais deverão notificar formalmente a contratada, fixando prazo razoável para correção ou substituição, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.4.** As atividades de fiscalização não excluem nem reduzem a responsabilidade integral da contratada pela qualidade, funcionamento, segurança e conformidade dos equipamentos fornecidos, inclusive quanto a vícios aparentes ou ocultos.
- 9.5.** O fiscal deverá informar ao gestor do contrato quaisquer situações que ultrapassem sua competência, garantindo a adoção tempestiva das providências administrativas cabíveis.

10. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 10.1.** O fiscal técnico do contrato, Sr. Ronaldo de Souza, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 10.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 10.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 10.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 10.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 10.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à adoção das providências administrativas cabíveis.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

10.7. Durante a fase de recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá verificar a qualidade dos equipamentos entregues, podendo requerer à contratada a correção de faltas, falhas ou irregularidades constatadas, nos termos deste Termo de Referência.

11. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 11.1.** O fiscal administrativo do contrato, Senhor Marcelo Miranda dos Santos, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 11.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 11.3.** A fiscalização administrativa poderá utilizar critérios de amostragem e análise documental para verificação da regularidade dos pagamentos, da conformidade fiscal e do cumprimento das obrigações administrativas da contratada, considerando o contrato como um todo.

12. GESTOR DO CONTRATO

- 12.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento contratual, tais como ordens de fornecimento, registros de ocorrências e alterações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para atendimento da finalidade da Administração.
- 12.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 12.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 12.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção à conformidade do fornecimento e, se houver, às penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

- 12.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 12.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 12.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 13.1.** O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos equipamentos, mediante atesto do fiscal do contrato quanto à conformidade dos bens entregues, e apresentação da nota fiscal devidamente aceita pela Secretaria Municipal de Obras Viárias, observadas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

14. LIQUIDAÇÃO

- 14.1.** Para solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá acessar o portal do cidadão: campolargo.atende.net/cidadao - Acessar Autoatendimento > Serviços Destaque > Nota Fiscal para Pagamento e seguir os demais procedimentos informados no arquivo “Protocolo para Pagamento”, anexo, inserindo os documentos abaixo relacionados:
- Nota de empenho;
 - Nota Fiscal / Fatura / Recibo
 - Solicitação de pagamento;
 - Certidão de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual (Paraná);
 - Certidão Negativa Municipal (Campo Largo/PR);
 - Certidão de Regularidade do FGTS;
 - Outros documentos.
- 14.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- O prazo de validade (se aplicável);
 - A data da emissão;
 - Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - O período respectivo de execução do contrato;





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

- O valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante devido à extrapolação do prazo de pagamento;

14.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

14.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.10. O CNPJ da contratada constante na nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

15. PRAZO DE PAGAMENTO

15.1. A liquidação e o pagamento serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolo da nota fiscal, devidamente aferida e assinada pelo fiscal, conforme seção anterior.

15.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

16. FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

17.2. O regime de execução do contrato será por sistema de registro de preços, nos termos do inciso XLV do artigo 6 da Lei 14.1133/21.

18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (art. 66 da lei nº 14.133, de 2021)

18.2. Comprovação de existência jurídica do licitante, através da inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, acompanhados de eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), nos termos da legislação vigente.

18.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.7. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, conforme disposto no art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

18.8. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

18.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

18.11. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba/PR, conforme a Resolução nº 213/2018 do TJ-PR.

18.13. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Justificativa técnica: A exigência dos índices LG, LC e SG superiores a 1 (um) visa assegurar a capacidade econômico-financeira mínima dos licitantes, em consonância com o risco associado ao fornecimento de bens permanentes para uso operacional contínuo. Os índices foram definidos com base em estudo prévio da Administração e estão em conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme disposto no Acórdão nº 2375/2025 do TCE/PR.

18.13.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um),

18.13.1.1. A exigência dos índices de liquidez será acompanhada de justificativa técnica constante em estudo prévio, demonstrando a pertinência e proporcionalidade do critério, nos termos do Acórdão nº 2375/2025 do TCE/PR.

• **Liquidez Geral (LG)** = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

• **Liquidez Corrente (LC)** = $\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

• **Solvência Geral (SG)** = $\text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$

18.13.1.2. O atendimento dos índices deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil ou pela utilização da Calculadora Financeira disponível no portal Compras.gov.br.

18.13.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

18.13.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.14. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ **55.304,77** (cinquenta e cinco mil, trezentos e quatro reais e setenta e sete centavos.), considerando os orçamentos obtidos junto ao mercado e demais bases de pesquisa, em atendimento ao art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A pesquisa de preços foi elaborada em conformidade com as diretrizes dos arts. 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 316/2023 e orientações do Tribunal de Contas, considerando:

- Painel de Preços do Governo Federal;
- Orçamentos formais obtidos com fornecedores;
- Contratações similares registradas em atas públicas;
- Base de dados de contratações públicas e tabelas referenciais do setor.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

20.2. Para atender a esta despesa, será utilizada a seguinte dotação orçamentária ou outra que a venha a substituir:

Ação: 2010 - Gestão das atividades de Manutenção e Conservação de Obras Viárias, Urbanas e Rurais
Referência: 1188 - Equipamentos e material permanente
Elemento: 344905234000000 - Máquinas, utensílios e equipamentos diversos

Ação: 2010 - Gestão das atividades de Manutenção e Conservação de Obras Viárias, Urbanas e Rurais
Referência: 1188 - Equipamentos e material permanente
Elemento: 344905234000000 - Outros materiais permanentes

20.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Campo Largo, datado e assinado em meio eletrônico.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

Assinatura do Gestor do Contrato

Secretário Municipal de Obras Viárias

Fiscal Técnico do Contrato
RONALDO DE SOUZA

Fiscal Administrativo do Contrato
MARCELO MIRANDA DOS SANTOS

